

**COMPROVANTE
RETIRADA DE EDITAL**

EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

CIDADE: _____

ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: () _____

E-MAIL: _____

FAX: _____

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO nº 119/2015

OBJETO: Aquisição de materiais para atender a SEMAG

PROCESSO Nº: 5263/2015

Licitação exclusiva às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais.

Obtivemos, através do acesso www.aracruz.es.gov.br, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Visando à comunicação futura entre esta Prefeitura e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada de edital e remetê-lo ao Setor de Licitação, por meio de fax.: 27 – 3296-1092 ou do e-mail pregao@aracruz.es.gov.br.

A não remessa do recibo exime a Prefeitura Municipal de Aracruz da responsabilidade da comunicação, por meio de fax ou e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

Local: _____, ____ de _____ de 2015

Nome por extenso: _____

RG nº: _____

ASSINATURA

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 119/2015

PROCESSO Nº. 5263/2015.

Licitação exclusiva às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais

O Município de Aracruz, Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público interno, leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da **Lei nº 10.520/02**, dos **Decretos Federais nºs 3.555/2000 e 5.450/05**, da **Lei Complementar nº 123/06**, **Lei Geral Municipal das Microempresas, microempreendedores individuais e empresa de pequeno porte nº 3.762/2013**, e subsidiariamente **Lei nº 8.666/93**, e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico mediante as condições estabelecidas neste Edital.

Modalidade: Pregão Eletrônico.
Tipo de Licitação: Menor preço.
Regime de Execução: Indireta.
Critério de Julgamento: Menor preço **por lote**.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Deverão ser observadas as seguintes datas e horários para os procedimentos:

Data inicial para recebimento das Propostas	Dia: 10/09/2015
Limite para acolhimento das Propostas até	As 12:00 horas, do dia 23/09/2015
Abertura das Propostas	Às 12:00 horas, do dia 23/09/2015
Início da Sessão de Disputa de Preços	Às 13:30 horas, do dia 23/09/2015

Endereço Eletrônico: www.licitacoes-e.com.br

DO ÓRGÃO INTERESSADO:

**Prefeitura Municipal de Aracruz, CNPJ - 27.142.702/0001-66.
Av. Morobá, nº. 20, Bairro Morobá, Aracruz - CEP 29192-733.
Fone (27) 3296 3744, Fax (27) 3296 1092.**

**Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAG.
Centro de Eventos Rubens Pimentel (Parque de Exposição).
Rua Girassol, s/nº, Bairro São Marcos - Aracruz - ES.
Horário de Funcionamento : 12h00 min às 18h00min.
Fone (27) 3296-2150**

Endereço Eletrônico: www.aracruz.es.gov.br

01. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto Aquisição de materiais para atender a SEMAG, conforme especificações constantes neste Edital e seus Anexos.

1.1.1. Os materiais deverão possuir todas as características mínimas descritas nas especificações. Serão aceitos os que possuírem características superiores, desde que atendam a todos os requisitos mínimos exigidos nas especificações constantes dos Anexos I e II, do presente edital.

1.1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no “Licitações-e” e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

02. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. Os valores unitários e totais aceitáveis por cada lote desta licitação estão definidos no Anexo II - Termo de Referência deste edital.

2.2. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias, consignadas no orçamento vigente:

20.608.0030.2.0092	Produc.distrib.de Mudas e Sementes p/Produç.Rurais
768	Tesouro
3.000.0001.	FAPA – Fundo de Amparo e Participação do Agricultor
3.3.90.39.00	Material de Consumo
3.3.90.39.00	Material para reparos no viveiro municipal.

20.609.0030.2.0090	Proteção e Recuperação de Nascentes e Cursos D'água
771	Tesouro
3.000.0001.	FAPA – Fundo de Amparo e Participação do Agricultor
3.3.90.39.00	Material de Consumo
3.3.90.39.00	Material para recuperação de nascentes.

20.609.0030.2.0090	Proteção e Recuperação de Nascentes e Cursos D'água
771	Tesouro
3.000.0001.	FAPA – Fundo de Amparo e Participação do Agricultor
3.3.90.39.00	Material de Consumo
3.3.90.39.00	Material para recuperação de nascentes.

03. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

A participação nesta licitação é restrita às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, tendo em vista o cumprimento do disposto no art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/06 e art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 3762/2013.

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema “Licitações-e”, provido pelo Banco do Brasil S/A, constante da página eletrônica www.licitacoes-e.com.br.

3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao Banco do Brasil onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.1.2. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à PMA responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.1.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.2. Estarão impedidas de participarem, de qualquer fase deste Pregão, empresas que se enquadrem em uma ou mais situações a seguir:

a) Estiverem cumprindo suspensão temporária de participação em licitação ou estiverem impedidas de contratar com a Administração Pública Municipal ou que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, não ocorrendo a reabilitação.

b) Tenham servidor público do Município de Aracruz como proprietário, acionista, gerente, administrador, controlador, responsável ou subcontratado.

c) Estejam constituídas sob a forma de consórcio.

d) Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo.

e) Encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, fusão, cisão ou incorporação.

f) Nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93 e alterações.

04. DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até data e horário marcados para abertura da proposta, de acordo, no que couber, com o Anexo I, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.1.1. O licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor total do lote, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

4.1.2. Quando tratar-se de aquisição de bens, o licitante **deverá** informar na proposta, em campo próprio do sistema eletrônico, a Marca e Modelo do Objeto ofertado, conforme o caso, **sob pena de desclassificação da proposta**.

4.1.3. **O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.**

4.1.4. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse edital.

4.2. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

4.2.1. Até a abertura da proposta, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

4.2.2. As propostas terão validade de **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital. Serão aceitas propostas com validade superior.

4.2.3. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

05. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na

hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.licitacoes-e.com.br.

5.2. A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico. Ressalta-se que, no ambiente eletrônico da sala de disputa, a permissão para envio de mensagem é dada somente ao Pregoeiro.

5.3. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

06. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.2. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6.3. Encerrada a etapa de lances, só serão aceitas propostas com valor igual ou inferior ao máximo estimado para o **item e/ou lote** constante no anexo II deste edital.

07. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Aberta à etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.2. Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.3. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.4. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

7.5. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes terão informações, em tempo real, sobre os menores valores dos lances de todas os licitantes. O sistema não identificará os autores dos lances para os demais participantes e nem para o Pregoeiro.

7.6. O Pregoeiro encerrará o “tempo normal” de disputa, mediante encaminhamento de aviso de fechamento do tempo, emitido pelo sistema eletrônico. A partir desse momento transcorrerá o período de tempo aleatório de até 30 (trinta) minutos, determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será encerrada a etapa de lances.

7.7. Os licitantes, a qualquer momento, depois de finalizado a etapa de lances, poderão registrar seus questionamentos para o Pregoeiro através do Sistema Provedor, acessando sequencialmente os “links” “Relatório de Disputa”, “Chat Mensagens” e “Enviar Mensagem”. Esta opção ficará disponível até o momento em que o Pregoeiro declarar o licitante vencedor. Todas as mensagens enviadas constarão no Histórico do Relatório de Disputa.

7.8. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízos dos atos realizados.

7.9. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.licitacoes-e.com.br.

7.10. Encerrada a etapa de lances de todos os lotes da sessão pública do Pregão

Eletrônico, o licitante arrematante do lote deverá, **sob pena de desclassificação**, enviar no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, considerando somente dias úteis, contados a partir das 18:00 horas do dia encerramento do último lote da licitação, a proposta de preços, conforme anexo I, discriminando os produtos ofertados, indicando marca, o preço unitário e total, bem como a documentação e as declarações exigidas para habilitação (conforme Item 11), para a Secretaria Municipal de Suprimentos, no endereço Avenida Morobá, nº 20 – Bairro Morobá – Aracruz – ES – CEP: 29192-733.

7.11. A documentação deverá ser apresentada em envelope contendo em sua parte externa e frontal, **além da razão social da licitante**, os seguintes dizeres:

PREGÃO ELETRÔNICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 119/2015
PROCESSO N.º 5263/2015

7.12. Todas as folhas da documentação de Habilitação e Proposta deverão serem entregues na ordem sequencial solicitada, numeradas e vistadas pelos proponentes. Tal medida visa salvaguardar os interesses dos participantes no aspecto de segurança e transparência do processo licitatório. Esclarecemos que o não atendimento ao solicitado implicará na perda do direito a futuras reclamações quanto a um eventual extravio de documentos durante a tramitação do processo.

7.13. O proponente deverá indicar na proposta as especificações **completas** e demais exigências constante no anexo I.

7.14. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

08. DO ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

O enquadramento como microempresa – ME, empresa de pequeno porte – EPP e Microempreendedor Individual dar-se-á nas condições estipuladas na Lei Complementar nº 123/06 e da Lei Geral Municipal nº .3762/2013.

8.1. A fruição dos benefícios licitatórios determinados pela Lei Complementar nº 123/06 independe da habilitação da ME/EPP para a obtenção do regime tributário simplificado.

8.2. Somente poderão participar do certame, nos termos do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº. 123/2006 e do art. 27 da Lei Geral Municipal nº 3.762/2013, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte assim caracterizadas nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006 e art. 5º da Lei Geral Municipal nº .3762/2013.

8.3. A comprovação da condição de microempreendedor individual, microempresa e empresa de pequeno porte deverá ser apresentada à época da licitação, **juntamente com os documentos de CREDENCIAMENTO**, da seguinte forma:

8.3.1. Licitantes optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar 123/2006:

a) Comprovante de opção pelo Simples obtido através do site do Ministério da Fazenda, <http://www.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATBHE/aplicacoesSimples.app/ConsultarOpcao.aspx>;

b) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/06, (ANEXO V).

8.3.2. Licitantes não optantes pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela Lei Complementar nº. 123/2006:

- a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/06;
- b) Cópia da Declaração de Informação Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;
- c) Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- d) Cópia do contrato social e suas alterações; e
- e) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/06 (ANEXO V).

8.3.3. Licitantes enquadrados como Empreendedor Individual:

- a) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, obtido através do Portal do Portal do Empreendedor, <http://www.portaldoempreendedor.gov.br>
- b) Declaração, firmada pelo empreendedor individual, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/06 (ANEXO V).

8.4 Os documentos relacionados nos subitens 8.3.1 e 8.3.2, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderão ser substituídos pela certidão expedida pela Junta Comercial, expedida há, no máximo, 90 dias, conforme Instrução Normativa do DNRC nº 103, do Departamento Nacional do Registro do Comércio, publicada no DO de 22/05/2007.

09. DA NEGOCIAÇÃO

9.1. Antes de anunciar o vencedor o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, “contraproposta” diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.2. A contraproposta objetivando reduções de preços será feita pelo Pregoeiro, através de acesso ao “link” “relatório de disputa” e “contraproposta”, enquanto o mesmo estiver na condição “arrematado”, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1. O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida, na forma do Anexo I - Formulário “Especificação e Cotação De Preços”, para o endereço indicado no tópico 7.10 deste edital.

10.1.1. Informar preferencialmente: Razão Social, endereço, CNPJ, número do banco, da agência e da conta corrente do licitante.

10.1.2. Preferencialmente: nome, número de identidade, do CPF e telefone de pessoa para contato.

10.2. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item 11, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.3. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações

técnicas do objeto.

10.4. O Pregoeiro poderá solicitar parecer técnico de pessoas pertencentes ou não ao quadro de pessoal da PMA para orientar sua decisão.

10.5. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

10.6. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

10.7. O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo I contendo a proposta detalhada quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que a compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pela PMA ou haja necessidade de ajustes para adequar a propostas aos requisitos exigidos neste edital e seus Anexos.

10.8. Não será aceita proposta que, após a fase de lance/negociação, estiver com preço total por lote superior ao constante do Anexo II – "Termo de Referência".

10.9. A proposta de preços deverá conter:

10.9.1. Valores Unitário e total do lote, marca e quantitativo;

10.9.2. Prazo de Garantia: Garantia de fábrica, não podendo ser inferior ao da Lei 8.078 de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor)

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Para comprovar a habilitação, o licitante vencedor **deverá, sob pena de desclassificação, enviar no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, considerando somente dias úteis, contados à partir das 18:00 horas do dia do encerramento do último lote da licitação, a proposta de preços, conforme anexo I, discriminando os produtos ofertados, indicando marca, o preço unitário e total, bem como a documentação e as declarações exigidas para habilitação, para o endereço constante do item 7.10, devendo os mesmos serem originais, via internet ou cópias autenticadas em cartório, ou publicação em órgão da imprensa oficial, (não sendo autenticados pelo Pregoeiro ou membros da Equipe de Apoio da PMA), ficando os mesmos como parte integrante do processo licitatório nos termos do Art. 32 da Lei 8666/93.**

11.1.1 Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza não contenham validade, não sendo aceitos "protocolos de entrega ou solicitação" de documento" em substituição aos documentos requeridos neste Edital.

11.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Registro Comercial, no caso de **empresa individual**, com o "**Objeto Social**" enquadrado com objeto deste edital. A empresa que apresentar Registro Comercial com o "Objeto Social" que **não abrange** o objeto que ela estará disputando, será considerada **INABILITADA**;

b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social ou sua Consolidação e alterações em vigor, com o "**Objeto Social**" enquadrado no objeto desta licitação, **acompanhado de prova de seu registro ou inscrição e de eleição de seus atuais administradores**, em se tratando de **sociedades comerciais ou sociedades por ações**. A empresa que apresentar Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social ou sua consolidação e alterações em vigor com o "Objeto Social" que **não abrange** o objeto que ela estará disputando, será considerada **INABILITADA**;

11.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

11.3.1. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelos Cartórios Distribuidores competentes da sede da pessoa jurídica, emitida há, no máximo 30 (trinta) dias, quando outro prazo de validade não estiver expresso no documento.

11.3.2. Licitante enquadrado como Empreendedor Individual, somente serão exigidos:

a) DASN SIMEI - Declaração Anual do Simples Nacional - microempreendedor individual ou o relatório mensal das receitas brutas para os empreendedores que iniciaram as atividades no curso do ano calendário.

b) certidão prevista no item 11.3.1.

11.4. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica – **CNPJ**;

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (com situação ativa) ou Municipal (**Alvará de Funcionamento**), relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

c) Certidão negativa de **Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**.

d) Certidão negativa de débitos com a **Fazenda Estadual** em que for sediada a empresa;

e) Certidão negativa de débito com a Fazenda Municipal, onde for sediada a empresa. **No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros, ou seja, duas Certidões, uma sobre Tributos Imobiliários e outra sobre Tributos Mobiliários. A proponente com filial no Município de Aracruz, fica obrigada a fornecer a certidão relativa a esta filial, para atendimento do item;**

f) Certidão de regularidade - CRF, perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - **FGTS**;

g) Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa expedida pela Justiça do Trabalho**, de acordo com a Lei Federal nº. 12.440/2011.

11.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.5.1. Não há necessidade da entrega deste documento para esta licitação;

11.6. OS LICITANTES DEVERÃO APRESENTAR A SEGUINTE DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

a) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo à habilitação, **com identificação do firmatário**, conforme modelo **Anexo III**;

b) Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, **com identificação do firmatário**, modelo **Anexo IV**;

c) Declaração de inclusão na categoria de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos do art 3º e de não enquadramento nas hipóteses elencadas no § 4º do artigo citado, da Lei Complementar 123, de 14 de Dezembro **Anexo V**.

Observações:

a) A documentação exigida para atender ao disposto nos subitens 11.2, 11.3 e 11.4 do item 11 **poderá ser substituída pela Declaração expedida pelo SICAF**, demonstrando a situação regular

do licitante, **devendo a empresa vencedora encaminhar esta Declaração.**

b) As declarações constantes do item 11.6, alíneas "a" e "b" deverão ser impressas em papel timbrado e/ ou com carimbo da empresa licitante;

c) Se a licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos, que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

d) Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

e) Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

f) Em caso de restrição quanto à documentação de regularidade fiscal, será assegurado ao licitante, para que seja regularizada sua documentação fiscal, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial será declarado após o término do prazo estipulado no item 7.10, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, na forma do § 1º. do art. 43 da Lei Complementar 123/2006;

g) Caso a licitante não regularize sua documentação fiscal no prazo estabelecido na alínea "f" - Observações - decairá seu direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993 e suas alterações, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação, na forma do §2º. do art. 43 da Lei Complementar 123/2006 c/c com o § 2º. do art. 64 da Lei 8.666/1993 e suas alterações.

h) Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

i) Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor.

12. DAS AMOSTRAS:

12.1. Não será necessário amostra para esta licitação.

13. DO RECURSO

13.1. Ao final da sessão, o licitante que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção através do sistema eletrônico, imediatamente após a fase competitiva, com registro da síntese das suas razões, sendo-lhes facultado juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias, ficando os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. **(Lei nº 10.520/2002, Art. 4º, inciso XVIII).**

13.2. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

13.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação. **(Lei nº 10.520/2002, Art. 4º, inciso XX).**

13.4. Os recursos e contrarrazões de recurso, deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e protocolados junto ao Protocolo Central da Prefeitura Municipal da Aracruz, localizado na Rua Padre Luiz Parenzi, nº.710, Centro, Aracruz/ES, CEP: 29.190-058, em dias úteis, no horário de 12:00 às

18:00 horas.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá a autoridade competente para homologação.

14.2. A homologação deste Pregão compete ao Ordenador de Despesa da Secretaria requisitante.

14.3. O objeto deste Pregão será adjudicado por lote.

15. DA INSTRUMENTALIZAÇÃO DA AQUISIÇÃO

15.1. Será dispensada a celebração do Termo de Contrato entre as partes, na forma do disposto no parágrafo 4º do artigo 62 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

16. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO/ENTREGA

16.1. Os materiais deverão ser entregues integralmente no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pela Secretaria Municipal de Suprimentos - SEMSU, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Agricultura.

16.1.1. As entregas ocorrerão no Almoxarifado Central, sito na Rua Catarina Cuzzuol Sagrillo - s/nº. - Bairro Bela Vista – Sede - Aracruz – ES, no horário de 12h00min às 17h00min, acompanhados da fatura ou nota fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da ordem de fornecimento, dentro do prazo estabelecido no item 2.1 deste Edital.

16.1.2. O prazo previsto no item 16.1 admite prorrogação, desde que plenamente justificado, atendendo aos interesses e conveniência da administração.

16.2. A Contratada deverá fazer a reposição dos materiais que não preencham as especificações, no prazo máximo de 07 (sete) dias, a contar da data da devolução, sendo que em caso de não aceitação dos materiais, a devolução (frete) será por conta da contratada.

16.3. O Contratante se reserva o direito de não receber os materiais que estiverem em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo aplicar as sanções cabíveis, nos termos da legislação vigente.

16.4. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da qualidade, quantidade, respectivos prazos e conseqüentemente aceitação.

16.5. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade da Contratada pelos padrões adequados de qualidade e garantia dos materiais fornecidos, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas.

16.6. A Ordem de Fornecimento deverá conter a identificação da unidade requisitante, indicação expressa dos números do Pregão Eletrônico, do processo, identificação da Contratada, as especificações do objeto, quantidade, data, horário e endereço de entrega.

16.7. A ordem de fornecimento será expedida por qualquer meio de comunicação que possibilite a comprovação do respectivo recebimento por parte da Contratada, inclusive fac-símile e correio eletrônico.

16.8. A eventual reprovação dos **materiais**, em qualquer fase de sua entrega, não eximirá o Contratante da aplicação das multas a que está sujeita a Contratada.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento do preço pactuado será efetuado integralmente após a entrega, devendo a contratada proceder à abertura de um processo de solicitação de pagamento no protocolo Geral dessa Prefeitura, situado na Rua Padre Luiz Parenzi, nº 710, Centro, Aracruz - ES, encaminhando a nota fiscal/fatura para pagamento, que ocorrerá de acordo com as normas legais vigentes no país, nos termos do artigo 40, inciso XIV, alínea 'a' da lei 8.666/93.

17.2. A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura com descrição do objeto discriminada e acompanhada da Autorização de Fornecimento do mesmo. Devendo constar no corpo da Nota Fiscal, o número do processo.

17.2.1. As notas fiscais deverão vir acompanhadas de cópia da certidão de regularidade para com o FGTS e Negativa de Débitos do INSS, bem como os relatórios de entrega, sob pena de suspensão do pagamento.

17.3. Os preços serão fixos e irrevogáveis.

17.4. O pagamento somente será efetivado depois de verificada a regularidade fiscal da empresa, ficando a contratada ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação, deverão ser renovadas no prazo de seus vencimentos.

18. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

18.1 - DA CONTRATADA:

- a) Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados;**
- b) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia e expressa anuência do Contratante.**
- c) Atender satisfatoriamente em consonância com as regras contratuais.**
- d) Fornecer os materiais conforme proposto pelo Contratante durante o prazo de vigência do contrato, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.**
- e) Manter, durante toda a execução da Ordem de Fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.**
- f) Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por empregados, representantes ou prepostos, direto ou indiretamente, inclusive os decorrentes de materiais com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade da garantia dos mesmos.**
- g) Atender com prioridade as solicitações do Contratante, para fornecimento dos materiais;**
- h) Comunicar de imediato e por escrito qualquer tipo de irregularidade que possa ocorrer durante a vigência do contrato;**
- i) Utilizar pessoal próprio ou credenciado, responsabilizando-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento e entrega dos materiais;**
- j) Retirar, transportar, substituir, reparar, corrigir e remover, às suas expensas, no todo ou em parte, os materiais em que se verifique danos em decorrência do transporte, avarias e/ou defeitos, bem como providenciar a substituição dos mesmos, no prazo de 07 (sete) dias, contados da notificação pela organização.**

18.2 - DA CONTRATANTE:

- a) Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares necessários ao fornecimento dos materiais.
- b) Notificar à Contratada, por escrito, quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função do fornecimento dos materiais constantes da Ordem de Fornecimento.
- c) Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação.
- d) Efetuar os pagamentos devidos à Contratada, na forma estabelecida no item 17 deste edital.
- e) Providenciar a inspeção do fornecimento dos materiais entregues pela Contratada.

19. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

19.1. A execução do fornecimento deverá ser acompanhada e fiscalizada pela **Secretaria Municipal de Agricultura** nos termos do Artigo 67º da Lei n.º 8.666/93, que deverá atestar o fornecimento dos produtos conforme contratado.

19.2. A **Secretaria Municipal de Agricultura** designará formalmente o servidor ou servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento.

20. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

20.1. O Município de Aracruz se reserva o direito de aumentar ou diminuir o objeto da presente licitação, até o limite de 25% (vinte cinco por cento), de acordo com o § 1º do artigo 65 da Lei n.º 8.666/93.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Os licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do fornecimento constante no contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa no certame, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Pública Municipal:

21.1.1. advertência - nos casos de:

- a) desistência parcial da proposta, devidamente justificada;
- b) cotação errônea parcial ou total da proposta, devidamente justificada;

21.1.2. multas - nos seguintes casos e percentuais:

- a) por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Fornecimento até 30 (trinta) dias: 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor total contratado;
- b) por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Fornecimento, superior a 30 (trinta) dias: 15% (quinze por cento) sobre o valor global contratado, com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho ou rescisão contratual;
- c) por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;
- d) recusa do adjudicatário em assinar/receber o Contrato/Ordem de Fornecimento, dentro de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;
- e) por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato/Ordem de Fornecimento: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta ou sobre a parcela não executada, respectivamente.

21.1.3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração:

- a) por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Fornecimento, superior a 31 (trinta e um) dias: até 03 (três) meses;
- b) por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: até 01 (um) ano;
- c) por recusa do adjudicatário em assinar/receber o Contrato/Ordem de Fornecimento, dentro de até 05 (cinco) dias corridos da data da convocação: até 01 (um) ano;
- d) por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato/Ordem de Fornecimento: até 02 (dois) anos.

21.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

21.2. As multas previstas no subitem 21.1.2 serão descontadas, de imediato, do pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso.

21.3. As sanções previstas nos subitens 21.1.1, 21.1.3 e 21.1.4, poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem 21.1.2, facultada a defesa prévia do licitante no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

21.4. A suspensão do direito de licitar e contratar com a **Administração** será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

21.5. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a **Administração Pública** será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

21.6. A sanção prevista no subitem 21.1.4 é da competência do Ordenador de Despesas responsável pela homologação da licitação, facultada a defesa do licitante no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação ou antes, se devidamente justificada e aceita pela autoridade que a aplicou.

22. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

22.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento da proposta, qualquer pessoa, poderá impugnar o ato convocatório do pregão, mediante petição a ser protocolada exclusivamente no Protocolo Central da Prefeitura Municipal da Aracruz, localizado Rua Padre Luiz Parenzi, nº.710 Centro – Aracruz/ES, CEP: 29.190-058, em dias úteis, no horário de 12:00 às 18:00 horas.

22.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração deste edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

22.3. A impugnação deverá conter os seguintes dados do interessado ou de quem o represente: nome e endereço completos, telefone, data e assinatura do interessado ou de seu representante, formulação do pedido, com exposição dos fatos e seus fundamentos.

22.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento da proposta, exclusivamente para o endereço pregao@pma.es.gov.br.

22.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sítio www.licitacoes-e.com.br, no link correspondente a este Edital

22.7. Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. O Pregoeiro será designado por intermédio de portaria para a realização da sessão pública deste Pregão.

23.2. Ao Ordenador de Despesas/autoridade competente, compete anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, mediante ato escrito e fundamentado.

23.3. A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.

23.4. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

23.5. Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

23.6. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, o cancelamento do contrato/Ordem de Fornecimento, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

23.7. Em caso de dúvida, o interessado deverá contactar o **Pregoeiro** do Município de Aracruz **ou seu substituto**, no Setor de licitação, situado na Avenida Morobá, nº 20, Bairro Morobá, Aracruz, no horário das 12 às 18 horas ou pelo telefone (27) 3256-3152, para obtenção dos esclarecimentos que julgar necessários.

23.8. É facultado ao Pregoeiro, ou a autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

23.10. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração Pública, a finalidade e a segurança da contratação.

23.11. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

23.12. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro, com base na legislação em vigor.

23.13. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante. A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

23.14. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Aracruz.

24. DOS ANEXOS

24.1. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

24.1.1. Anexo I - Formulário "Especificação e Cotação de Preços" ;

24.1.2. Anexo II – "Termo de Referência e Planilha Orçamentária Estimativa";;

24.1.3. Anexo III - Modelo de Declaração (Declaração de Superveniência);

24.1.4. Anexo IV - Modelo de Declaração (Art. 7º da Constituição Federal);

24.1.5 Anexo V – Modelo de Declaração (§ 4º do Artigo 3º da LC 123/06)

Aracruz, 09 de Setembro de 2015.

ALMIR GONÇALVES VIANNA

Secretário de Agricultura

ANEXO I
FORMULÁRIO “ESPECIFICAÇÃO E COTAÇÃO DE PREÇOS”

ITEM	Und	Descrição dos Materiais	Marca	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
LOTE 01						
01	M	Arame Farpado, fabricado em aço de alta resistência e três camadas de zinco, com carga máxima de ruptura de 250 kgf, diâmetro de fio de 2 mm e distância entre farpas de 125 mm		18.000		
02	KG	Grampo fabricado em aço galvanizado 9 x 7/8 mm para fixação em madeira tratada		75		
03	M	Arame liso galvanizado para cerca		4.000		
04	UN	Esticador de arame liso (esticador)		40		
TOTAL DO LOTE 01:						
LOTE 02						
01	UN	Mourões de eucalipto tratado com CCA (AC-40), através do processo de autoclavagem, com 5,0 metros de comprimento x 0,28/0,30m de diâmetro.		05		
02	UN	Mourões de eucalipto tratado com CCA (AC-40), através do processo de autoclavagem, com 3,50 metros de comprimento x 0,18/0,20 m de diâmetro.		40		
03	UN	Mourões de eucalipto tratado com CCA (AC-40), através do processo de autoclavagem, com 2,20 metros de comprimento x 0,12/0,14 m de diâmetro.		1.200		
04	UN	Porteira em madeira de lei com 03 metros de comprimento, 3 batentes de 11,5 x 6,5 cm x 1,75 m de altura, 5 réguas de 14cm x 2,5 cm x 3 metros de comprimento, com travessa dupla de 10cm x 2cm x 1.95 de comprimento.		02		
TOTAL DO LOTE 02:						
LOTE 03						
01	UN	fertilizante mineral super fosfato simples, saco c/ 50 kg, farelado, 18% de p2o5, solúvel em água, registro no mapa		10		
02	UN	hidrogel (gel para plantio), embalagem c/ min 1 kg, polímero super-absorvente condicionador de solo p/ plantio c/ alta capacidade de retenção de água, composto de copolímero acrílico de potássio e acrilamida, farelado, classe 1 ou a, inócuo ao meio ambiente e inodoro, c/ aspecto de micro-cristais brancos		10		
03	UN	isca formicida, granulada, à base de		60		

		sulfuramida, embalagem c/ 500 g				
TOTAL DO LOTE 03:						

DADOS DO PROPONENTE:

Razão social:

CNPJ nº.:

Banco:..... Agência nº.: Conta nº.:(Informação não desclassificatória).

Endereço completo:

Telefones:

E-mail:(Informação não desclassificatória)

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome:

Identidade nº.:CPF nº
Telefone.....

Validade da proposta (Não inferior a 60 dias, contados a partir da data de entrega dos envelopes. Serão aceitas propostas com prazo de validade superior.):

Prazo de entrega: (conforme Item 16 e subitens do edital)

Em de de 2015.

.....
Assinatura da Proponente

ANEXO II
Termo de Referência

Referente à RC nº 145 e 153/2015

1 – Objeto

O presente Termo de Referência tem por objetivo subsidiar os procedimentos licitatórios para aquisição de materiais para atender as necessidades desta secretaria, Cerca e Reforma da Estrutura Viveiro Municipal.

2– Justificativa:

O município de Aracruz conta com um viveiro de mudas, que é utilizado para produção e distribuição de mudas de espécies nativas, frutíferas e agrícolas para os pequenos produtores da municipalidade no intuito de incentivar os produtores rurais na recomposição florestal, que é o plantio de vegetação nativa de determinada região com o objetivo de recompor o que foi desmatado e ao mesmo tempo, também, de compensar as emissões de gases de efeito estufa (GEE) de qualquer atividade humana – visto que cada árvore absorve carbono, um dos gases causadores do efeito estufa, durante seu crescimento.

Além de reter o carbono disponível na atmosfera, o gás no ar pode agravar o aquecimento global, as árvores nativas contribuem para a preservação da biodiversidade, conservação do solo e garantir a disponibilidade de água. Como os trabalhadores do campo são os que fazem os plantios, as árvores ainda têm o valor social de gerar renda no campo.

Com as mudas produzidas no viveiro municipal, se consegue um incremento na diversificação nas propriedades levando os produtores a terem novas fontes de renda, além do fato destas mudas serem repassadas a um valor irrisório, para facilitar a vida do homem do campo que constantemente passa por dificuldades.

Com esta reforma, esperamos melhorar a capacidade de produção do referido viveiro, para darmos continuidade aos trabalhos da secretaria nos programas de reflorestamento, recuperação de nascente e recomposição de matas ciliares que são feitos pela Gerência de Desenvolvimento Agrícola desta secretaria.

3 – Interesse Público:

3.1 – Incentivar os reflorestamentos das propriedades rurais, recuperação de nascentes para garantir a disponibilidade de água para as propriedades rurais além de contribuir com o abastecimento de água no meio urbano;

3.2 – Incentivar a diversificação das propriedades rurais, fixando o homem no campo;

3.3 - Aumentar a segurança no local;

3.4 – Evitar a entrada de animais e possíveis predadores.

4 - Objetivo Geral:

O objetivo principal é proporcionar segurança ao local, evitando danos ao patrimônio, além disso, a cerca irá identificar a área de funcionamento do Viveiro Municipal, bem como evitar a presença de animais e pessoal não autorizado.

5 – Material.

Os materiais deverão ser novos, sem uso anterior e em linha de fabricação compatíveis para o funcionamento e obedecer rigorosamente às características mínimas abaixo especificadas.

LOTE 01

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Valor unit. Max. pagável
01	3.000	metro	Arame Farpado, fabricado em aço de alta resistência e três camadas de zinco, com carga máxima de ruptura de 250 kgf, diâmetro de fio de 2 mm e distância entre farpas de 125 mm	0,45
02	15	kg	Grampo fabricado em aço galvanizado 9 x 7/8 mm para fixação em madeira tratada	8,63
03	4.000	metros	Arame liso galvanizado para cerca	0,37
04	40	ud	Esticador de arame liso (esticador)	10,43

LOTE 02

Item	Quant.	Unid	Especificação	Valor unit. Max. pagável
01	05	ud	Mourões de eucalipto tratado com CCA (AC-40), através do processo de autoclavagem, com 5,0 metros de comprimento x 0,28/0,30m de diâmetro.	265,00
02	40	ud	Mourões de eucalipto tratado com CCA (AC-40), através do processo de autoclavagem, com 3,50 metros de comprimento x 0,18/0,20 m de diâmetro.	95,00
03	240	ud	Mourões de eucalipto tratado com CCA (AC-40), através do processo de autoclavagem, com 2,20 metros de comprimento x 0,12/0,14 m de diâmetro.	9,25
04	02	ud	Porteira em madeira de lei com 03 metros de comprimento, 3 batentes de 11,5 x 6,5 cm x 1,75 m de altura, 5 réguas de 14cm x 2,5 cm x 3 metros de comprimento, com travessa dupla de 10cm x 2cm x 1.95 de comprimento.	680,00

6 – Da Dotação Orçamentária:

As despesas decorrentes da presente contratação à conta da seguinte dotação

20.608.0030.2.0092	Produc.distrib.de Mudas e Sementes p/Produt.Rurais
768	Tesouro
3.000.0001.	FAPA – Fundo de Amparo e Participação do Agricultor
3.3.90.39.00	Material de Consumo
3.3.90.39.00	Material para reparos no viveiro municipal.

7 - Do recebimento do Material:

O recebimento do material será efetuado nos seguintes termos:

- 1 - Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade solicitadas no item 05 deste Termo de Referência;
- 2 - **(Contato: Aldeir / 3296 4053 / 99803 2157);**

8 – Prazo de Entrega:

Deverá ser entregue no prazo de até 10 (dez) dias contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento.

9 – Das Propostas:

As propostas apresentadas pelos interessados deverão conter obrigatoriamente a descrição dos materiais, obedecendo às configurações contidas no item 5, incluindo as descrições que permitam sua perfeita identificação.

10 – Local de Entrega:

Deverá ser entregue no prazo especificado no item 8, no horário das 12 às 17 horas, no Almoxarifado Central desta Prefeitura, localizado na Rua Catharina Cuzzuol Sagrillo, s/nº, Bairro Bela Vista, Aracruz – ES (Almoxarifado Central PMA).

11 – Da Garantia:

Prazo de garantia não poderá ser inferior ao da Lei 8.078 de 11/09/90 do Código de Defesa do Consumidor.

12 – Do Pagamento:

O pagamento do preço pactuado será feito no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega da respectiva nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

13 – Das Obrigações da Contratante:

- Comunicar ao licitante vencedor toda e qualquer ocorrência relacionada com a aquisição;
- Rejeitar no todo, ou em parte, o material que o licitante vencedor entregar fora das especificações deste Termo de Referência.
- Fornecer local adequado para armazenagem no período de sua entrega, sem qualquer ônus para o licitante vencedor,
- Designar representante com competência legal para proceder ao acompanhamento e a fiscalização do objeto deste Termo de Referência, sendo o representante da Semag para fazer tal acompanhamento o Senhor Aldeir de Jesus Souza – Gerente de Desenvolvimento Agrícola.

14 – Das obrigações do licitante vencedor:

- Cumprir fielmente o que estipula este Termo de Referência e o Edital de Licitação;
- Fornecer o material obrigatoriamente de acordo com as especificações descritas no item 5, deste Termo de Referência, bem como no prazo e no quantitativo nele estabelecidos. Responsabilizando-se pela substituição dos mesmos na hipótese de se constatar, no ato do recebimento estar em desacordo com as referidas especificações;

- Retirar, transportar, substituir, reparar, corrigir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte, quando se verificar danos em decorrência do transporte, avarias e/ou defeitos, bem como providenciar a substituição dos mesmos no prazo máximo de 07 (sete) dias, contados da notificação pela Semag – Secretaria Municipal de Agricultura.

15 – Disposições Gerais:

Naquilo que for omissa o presente Termo de Referência, reger-se-á pelas Leis nº 10.520/2002 e 8666/1993.

16 – Das penalidades:

O não cumprimento das condições estipuladas neste Termo de Referência implica na adoção das medidas e penalidades previstas em lei.

Aracruz 22 de abril de 2015.

SAMUEL PEIXOTO CORDEIRO

Secretário Municipal de Agricultura Interino.

TERMO DE REFERENCIA

Requisição de Compras 157/2015

1 – Objeto

O presente termo de referencia tem por objetivo subsidiar os procedimentos licitatórios para aquisição de materiais para atender às demandas desta Secretaria.

2 – Justificativa

Considerando a urgência de recuperar as nascentes que exercem um papel fundamental na formação e manutenção dos recursos hídricos a Secretaria de Agricultura – SEMAG conta com o programa de Proteção e Recuperação de Nascentes e Cursos D'água. O Projeto propõe a recuperação das áreas de preservação permanente (APPs) das nascentes não só como ponto de partida estratégico para recuperação dos recursos hídricos, mas também para preservar a estabilidade geológica, a biodiversidade, proteger o solo, gerar trabalho, manter e ampliar a beleza de uma paisagem, e assegurar o bem-estar das populações humanas. Além de recuperar as áreas de entorno de nascentes, barragens e áreas de mata ciliar que foram alteradas (devastadas) no município. Necessita-se integrar a sociedade em torno da questão ambiental (ações conjuntas), principalmente da preservação e recuperação de nascentes, adotando práticas de recuperação de vegetação de nascentes e matas ciliares combinadas com mecanismos de educação ambiental. Para tal atividade, faz-se necessária a aquisição dos materiais listados.

3 – Interesse Público

Incentivar os reflorestamentos das propriedades rurais, recuperação de nascentes para garantir a disponibilidade de água para as propriedades rurais além de contribuir com o abastecimento de água no meio urbano;

4 - Objetivo

Recuperar áreas de preservação permanente de nascentes, mesmo que intermitentes, localizadas em área rural. Recuperar a vegetação e as funções ecológicas das APPs de nascentes. Envolver os atores locais no projeto visando o comprometimento com os trabalhos. Eliminar os fatores de degradação (presença de animais domésticos, espécies invasoras, formiga, fogo, erosão, resíduos e outros) com a utilização do cercamento da área. Isolar, através de cercamento, as nascentes degradadas existentes na propriedade. Monitorar as áreas em recuperação. E disseminar informações através de educação sócio-ambiental à comunidade da área e do entorno, no sentido de formatar o saber comunitário local, direcionado ao desenvolvimento de ações na proteção das nascentes.

5 – Materiais

Os materiais deverão ser novos, sem uso anterior e obedecer rigorosamente às características mínimas abaixo especificadas, com garantia de procedência.

Item	Quantidade	Unidade	Descrição do Produto	Valor unit. Max. pagável
01	15.000	metros	Arame farpado em aço de alta resistência e tres camadas de zinco, com caixa máxima de ruptura de 250 kgf, diâmetro de fio de 2mm e distancia entre farpas de 125mm.	0,45
02	60	kg	Grampo fabricado em aço, galvanizado 9 x 7/8 para fixação em madeira tratada.	8,63

6 – Da Dotação Orçamentária:

As despesas decorrentes da presente contratação à conta da seguinte dotação

20.609.0030.2.0090	Proteção e Recuperação de Nascentes e Cursos D'água
771	Tesouro
3.000.0001.	FAPA – Fundo de Amparo e Participação do Agricultor
3.3.90.39.00	Material de Consumo
3.3.90.39.00	Material para recuperação de nascentes.

7 - Do recebimento do Material:

O recebimento do material será efetuado nos seguintes termos:

- Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade solicitadas no item 05 deste Termo de Referência;
- **(Contato: Aldeir / 3296 4053 / 99803 2157);**

8 – Prazo de Entrega:

Deverá ser entregue no prazo de até 10 (dez) dias contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento.

9 – Das Propostas:

As propostas apresentadas pelos interessados deverão conter obrigatoriamente a descrição dos materiais, obedecendo às configurações contidas no item 5, incluindo as descrições que permitam sua perfeita identificação.

10 – Local de Entrega:

Deverá ser entregue no prazo especificado no item 8, no horário das 12 às 17 horas, no Almoxarifado Central desta Prefeitura, localizado na Rua Catharina Cuzzuol Sagrillo, s/nº, Bairro Bela Vista, Aracruz – ES (Almoxarifado Central PMA).

11 – Da Garantia:

Prazo de garantia não poderá ser inferior ao da Lei 8.078 de 11/09/90 do Código de Defesa do Consumidor.

12 – Do Pagamento:

O pagamento do preço pactuado será feito no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega da respectiva nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

13 – Das Obrigações da Contratante:

- Comunicar ao licitante vencedor toda e qualquer ocorrência relacionada com a aquisição;
- Rejeitar no todo, ou em parte, o material que o licitante vencedor entregar fora das especificações deste Termo de Referência.
- Fornecer local adequado para armazenagem no período de sua entrega, sem qualquer ônus para o licitante vencedor,

- Designar representante com competência legal para proceder ao acompanhamento e a fiscalização do objeto deste Termo de Referência, sendo o representante da Semag para fazer tal acompanhamento o Senhor Aldeir de Jesus Souza – Gerente de Desenvolvimento Agrícola.

14 – Das obrigações do licitante vencedor:

- Cumprir fielmente o que estipula este Termo de Referência e o Edital de Licitação;
- Fornecer o material obrigatoriamente de acordo com as especificações descritas no item 5, deste Termo de Referência, bem como no prazo e no quantitativo nele estabelecidos. Responsabilizando-se pela substituição dos mesmos na hipótese de se constatar, no ato do recebimento estar em desacordo com as referidas especificações;
- Retirar, transportar, substituir, reparar, corrigir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte, quando se verificar danos em decorrência do transporte, avarias e/ou defeitos, bem como providenciar a substituição dos mesmos no prazo máximo de 07 (sete) dias, contados da notificação pela Semag – Secretaria Municipal de Agricultura.

15 – Disposições Gerais:

Naquilo que for omissivo o presente Termo de Referência, reger-se-á pelas Leis nº 10.520/2002 e 8666/1993.

16 – Das penalidades:

O não cumprimento das condições estipuladas neste Termo de Referência implica na adoção das medidas e penalidades previstas em lei.

Aracruz 24 de abril de 2015.

SAMUEL PEIXOTO CORDEIRO

Secretário de Agricultura Interino.

TERMO DE REFERENCIA

Requisição de Compras Nºs: 189, 191 e 203/2015.

1 – Objeto

O presente termo de referencia tem por objetivo subsidiar os procedimentos licitatórios para aquisição de materiais para atender às demandas desta Secretaria.

2 – Justificativa

Considerando a urgência de recuperar as nascentes que exercem um papel fundamental na formação e manutenção dos recursos hídricos a Secretaria de Agricultura – SEMAG conta com o programa de Proteção e Recuperação de Nascentes e Cursos D'água. O Projeto propõe a recuperação das áreas de preservação permanente (APPs) das nascentes não só como ponto de partida estratégico para recuperação dos recursos hídricos, mas também para preservar a estabilidade geológica, a biodiversidade, proteger o solo, gerar trabalho, manter e ampliar a beleza de uma paisagem, e assegurar o bem-estar das populações humanas. Além de recuperar as áreas de entorno de nascentes, barragens e áreas de mata ciliar que foram alteradas (devastadas) no município. Necessita-se integrar a sociedade em torno da questão ambiental (ações conjuntas), principalmente da preservação e recuperação de nascentes, adotando práticas de recuperação de vegetação de nascentes e matas ciliares combinadas com mecanismos de educação ambiental. Para tal atividade, faz-se necessária a aquisição dos materiais listados.

3 – Interesse Público

Incentivar os reflorestamentos das propriedades rurais, recuperação de nascentes para garantir a disponibilidade de água para as propriedades rurais além de contribuir com o abastecimento de água no meio urbano;

4 - Objetivo

Recuperar áreas de preservação permanente de nascentes, mesmo que intermitentes, localizadas em área rural. Recuperar a vegetação e as funções ecológicas das APPs de nascentes. Envolver os atores locais no projeto visando o comprometimento com os trabalhos. Eliminar os fatores de degradação (presença de animais domésticos, espécies invasoras, formiga, fogo, erosão, resíduos e outros) com a utilização do cercamento da área. Isolar, através de cercamento, as nascentes degradadas existentes na propriedade. Monitorar as áreas em recuperação. E disseminar informações através de educação sócio-ambiental à comunidade da área e do entorno, no sentido de formatar o saber comunitário local, direcionado ao desenvolvimento de ações na proteção das nascentes.

5 – Materiais

Os materiais deverão ser novos, sem uso anterior e obedecer rigorosamente às características mínimas abaixo especificadas, com garantia de procedência.

LOTE 01

Item	Quantidade	Unidade	Descrição do Produto	Valor unit. Max. pagável
01	960	UND	Mourões eucalipto tratado com CCA (AC-40), através do processo de autoclavagem, com 2,20 de comprimento por 0,12/0,14m de diâmetro.	9,25

LOTE 02

Item	Quantidade	Unidade	Descrição do Produto	Valor unit. Max. pagável
01	10	SC	Adubo mineral superfosfato simples, saco com 50 kg	84,3333
02	60	KG	Isca formicida granulada – Embalagem com 500 grs.	5,13
03	10	KG	Hidrogel (Gel para plantio)	40,80

6 – Da Dotação Orçamentária:

As despesas decorrentes da presente contratação à conta da seguinte dotação

20.609.0030.2.0090	Proteção e Recuperação de Nascentes e Cursos D'água
771	Tesouro
3.000.0001.	FAPA – Fundo de Amparo e Participação do Agricultor
3.3.90.39.00	Material de Consumo
3.3.90.39.00	Material para recuperação de nascentes.

7 - Do recebimento do Material:

O recebimento do material será efetuado nos seguintes termos:

- Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade solicitadas no item 05 deste Termo de Referência;
- (Contato: Aldeir / 3296 4053 / 99803 2157);**

8 – Prazo de Entrega:

Deverá ser entregue no prazo de até 10 (dez) dias contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento.

9 – Das Propostas:

As propostas apresentadas pelos interessados deverão conter obrigatoriamente a descrição dos materiais, obedecendo às configurações contidas no item 5, incluindo as descrições que permitam sua perfeita identificação.

10 – Local de Entrega:

Deverá ser entregue no prazo especificado no item 8, no horário das 12 às 17 horas, no Almoxarifado Central desta Prefeitura, localizado na Rua Catharina Cuzzuol Sagrillo, s/nº, Bairro Bela Vista, Aracruz – ES (Almoxarifado Central PMA).

11 – Da Garantia:

Prazo de garantia não poderá ser inferior ao da Lei 8.078 de 11/09/90 do Código de Defesa do Consumidor.

12 – Do Pagamento:

O pagamento do preço pactuado será feito no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega da respectiva nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

13 – Das Obrigações da Contratante:

- Comunicar ao licitante vencedor toda e qualquer ocorrência relacionada com a aquisição;
- Rejeitar no todo, ou em parte, o material que o licitante vencedor entregar fora das especificações deste Termo de Referência.
- Fornecer local adequado para armazenagem no período de sua entrega, sem qualquer ônus para o licitante vencedor,
- Designar representante com competência legal para proceder ao acompanhamento e a fiscalização do objeto deste Termo de Referência, sendo o representante da Semag para fazer tal acompanhamento o Senhor Aldeir de Jesus Souza – Gerente de Desenvolvimento Agrícola.

14 – Das obrigações do licitante vencedor:

- Cumprir fielmente o que estipula este Termo de Referência e o Edital de Licitação;
- Fornecer o material obrigatoriamente de acordo com as especificações descritas no item 5, deste Termo de Referência, bem como no prazo e no quantitativo nele estabelecidos. Responsabilizando-se pela substituição dos mesmos na hipótese de se constatar, no ato do recebimento estar em desacordo com as referidas especificações;
- Retirar, transportar, substituir, reparar, corrigir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte, quando se verificar danos em decorrência do transporte, avarias e/ou defeitos, bem como providenciar a substituição dos mesmos no prazo máximo de 07 (sete) dias, contados da notificação pela Semag – Secretaria Municipal de Agricultura.

15 – Disposições Gerais:

Naquilo que for omissos o presente Termo de Referência, reger-se-á pelas Leis nº 10.520/2002 e 8666/1993.

16 – Das penalidades:

O não cumprimento das condições estipuladas neste Termo de Referência implica na adoção das medidas e penalidades previstas em lei.

Aracruz 25 de maio de 2015.

ALMIR GONÇALVES VIANNA

Secretário de Agricultura

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

AO PREGOEIRO OFICIAL DA PMA
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 119/2015

A empresa _____(Nome da Empresa)_____ estabelecida na _____(Endereço Completo)_____, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº_____, declara sob as penalidades cabíveis a inexistência de fato superveniente impeditivo a sua participação no Pregão Eletrônico Nº 119/2015.

Local e data, ____ de _____ de _____

Nome e assinatura do declarante (Carimbo com CNPJ)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

AO PREGOEIRO DA PMA
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 119/2015.

(Nome da empresa)....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, **DECLARA**, para fins do disposto no [inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993](#), acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Observação: **em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.**

Local e data, ____ de _____ de _____

Nome e assinatura do declarante (Carimbo com CNPJ)

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO § 4º DO ARTIGO 3º DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006

AO PREGOEIRO DA PMA
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 119/2015.

(Nome da empresa)....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, **DECLARA**, expressamente, sob as penalidades previstas na legislação, que:

1.A empresa está incluída na categoria de microempresa, empresa de pequena porte ou Microempreendedor individual, nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 e do art. 27 da Lei Geral Municipal n.º 3.762/2013 , estando, portanto, capacitada para auferir do tratamento diferenciado e favorecido por ela estabelecido.

2. A empresa não está enquadrada nas hipóteses elencadas no Art. 3º, § 4º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro.

Local e data, ____ de _____ de _____

Nome e assinatura do declarante (Carimbo com CNPJ)